

Segmento

Ambientalistas exigem discussão para privatização de florestas

BRASÍLIA - Ambientalistas e parlamentares da Câmara dos Deputados querem que o Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos discuta publicamente o projeto que está elaborando sobre a concessão de uso e comercialização, pelo setor madeireiro e não-madeireiro, nacional e estrangeiro, de 39 florestas nacionais (Flonas) e áreas públicas da União, devolutas ou arrecadadas, a serem transformadas em Flonas. O projeto envolve, até o momento, uma área de 14 milhões de hectares, sendo que 24 florestas estão na Amazônia Legal.

O deputado federal Luciano Pizzatto (PFL-PR), vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, disse que acha a idéia "muito interessante", mas que deve passar, necessariamente, pelo Congresso Nacional, como projeto de lei, para ampla discussão. "Eu serei contra o projeto, se o governo decidir baixá-lo como Medida Provisória e sem consultar ambientalistas das

Organizações Não-Governamentais (ONGs), os próprios moradores destas regiões e o Congresso", afirmou.

O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e o secretário de Desenvolvimento Integrado do Ministério, Raimundo Deusdará, serão chamados na próxima semana à Câmara para prestar informações sobre a proposta, pelos deputados Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Gilney Viana (PT-MT), presidente da Comissão do Meio Ambiente. Os parlamentares consideram o projeto de extrema gravidade para o país. "Isso pode ser a entrega de nossa biodiversidade a interesses externos", declarou Inácio Arruda.

Luciano Pizzatto, que já foi diretor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e é engenheiro florestal, conhece os modelos de concessão que o Ministério e o Ibama estudam em trazer para o Brasil, como os do Canadá e Estados Unidos. "Nes-

ses países, as concessões de exploração são a longo prazo, por 20, 30 ou 50 anos, e a empresa pode comprar a floresta, ou área, ou apenas ter o direito ao uso e comercialização", explicou o deputado.

Em tese, Pizzatto seria a favor do modelo canadense, com a ressalva de que a forma como o manejo é feito lá não cabe dentro da biodiversidade amazônica. As florestas canadenses têm, no máximo, cinco espécies de madeiras comerciais, enquanto nas Flonas daqui há cerca de 100 a 200 espécies numa mesma área. A tecnologia canadense, que usa o clear cut (corte raso) "corta tudo e taca fogo para permitir a destruição total e, depois, o reflorestamento", contou.

Este tipo de manejo destruiria a diversidade das Flonas amazônicas e seria predatória aqui, na opinião do deputado. "A única forma de evitar que essas concessões sejam predatórias e respeitem o manejo sustentável seria a promoção de au-

ditorias periódicas, feitas anualmente ou bianualmente, por auditores externos, das ONGs, por exemplo, contratados com recursos arrecadados das próprias concessões", sugere Pizzatto.

Já para o coordenador do Programa Amazônico da ONG internacional "Amigos da Terra", com sede em São Paulo, Roberto Esmeraldi, este projeto só poderia ser realizado a longo prazo, com grande investimento na educação preparatória dos fiscais que farão as auditorias junto às empresas madeireiras. "Há que se ter experiência para desenvolver, num futuro, um plano para as Flonas", acredita Esmeraldi.

Por enquanto, segundo o ambientalista, não existe nem um sistema georeferenciado, que demarca as coordenadas geográficas de cada uma das 39 Flonas que estão dentro do projeto. "O governo tem que ter dinheiro para investir na implantação de uma Flona e tornar a exploração sustentável viável", acrescentou.